



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 dezembro de 2025**



Diretor Presidente

Lucas Felipe de Oliveira

Diretor de Desenvolvimento e Infraestrutura

Henrique de Assis Coutinho Bernardes

Diretor de Governança e Sustentabilidade

Gilliano Fred Nascimento Cutrim

Diretor de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

José Vivaldo Souza de Mendonça Filho

Diretora de Irrigação e Operações

Alessandra Cristina Rossin

Contador CRC-DF 20.004/O-6

Julianna Baía Pio de Lima

SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional	4
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	5
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	6
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	7
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	9
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	10
NOTA 8 – Imobilizado.....	10
NOTA 9 – Intangível	11
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	12
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar.....	12
NOTA 12 – Demais Obrigações.....	13
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo.....	14
NOTA 14 – Patrimônio Líquido	15
NOTA 15 – Receita Líquida	15
NOTA 16 – Despesas Administrativas.....	15
NOTA 17 – Outras Despesas	16
NOTA 18 – Outras Receitas	16
NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras.....	17
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	17
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	18
NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	18
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado.....	18
NOTA 24 – Remuneração dos Conselheiros, Administradores e Empregados.....	18
NOTA 25 – Transações com partes relacionadas	19
NOTA 26– Teste de Recuperabilidade (Impairment)	21
NOTA 27– Interesse Público, Políticas Públicas e Linhas de Negócio	22
NOTA 28 – Governança e Sustentabilidade	25

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício 2025

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é uma empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088/1974 e tem sede e foro no Distrito Federal. É também regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis. Seu prazo de duração é indeterminado.

Sua finalidade é promover o aproveitamento agrícola, agropecuário e agroindustrial dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas de sua área de atuação, a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Nesse contexto, cumpre sua função social ao fomentar o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas e contribuir para a redução das desigualdades regionais.

A União, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), realiza aportes de recursos para o pagamento de despesas de custeio e investimentos. As atividades são custeadas com recursos oriundos do Tesouro Nacional alocados anualmente em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e integralmente executados dentro dos sistemas estruturantes do orçamento Federal. Assim, independentemente do resultado acumulado, não há incerteza quanto à continuidade operacional da Companhia.

Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional

Codevasf é uma empresa pública orientada para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Nos últimos anos a sua área de atuação foi ampliada para novas bacias hidrográficas, chegando a 36,9% do território nacional, abrangendo 2.688 municípios em 15 Estados e o Distrito Federal.

As principais linhas de negócios da Empresa, para realização das políticas públicas de desenvolvimento regional são: Agricultura Irrigada, Inclusão Socioprodutiva, Estruturação de Cidades, Infraestrutura Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas.

Agricultura Irrigada: Foram aplicados R\$ 80,6 milhões na administração, operação e na manutenção de projetos públicos de irrigação, sobretudo na cobertura de despesas de energia elétrica para projetos sociais geridos pela Codevasf e pelo Sistema Itaparica. Foram investidos R\$ 31 milhões em obras visando implantação e reabilitação de projetos.

Inclusão Socioprodutiva: Foram aplicados R\$ 718 milhões na execução de obras de infraestrutura de produção e logística, na aquisição de máquinas e equipamentos e na operação e manutenção de recursos pesqueiros e aquicultura. A maior parte deste valor, quase R\$ 670 milhões, foi destinado à aquisição de máquinas pesadas, caminhões e veículos, mecanização agrícola e estruturação de arranjos produtivos locais. A execução de obras totalizou o valor de R\$ 44,5 milhões, com destaque para a implantação de qualificação viária e construção de unidades de produção/comercialização. Ainda, foram investidos cerca de R\$ 4 milhões na operação e manutenção de recursos pesqueiros e aquicultura.

Estruturação de Cidades: Foram investidos R\$ 588 milhões em obras para estruturação de cidades; pouco mais de R\$ 20 milhões em espaços públicos urbanos, R\$ cerca de 22 milhões na execução pontes e passagens molhadas e mais de R\$ 545 milhões em obras de pavimentação.

Infraestrutura Hídrica: Foram aportados R\$ 162,6 milhões em obras de infraestrutura hídrica, barragens, poços e sistemas de abastecimento de água; R\$ 29,4 milhões em equipamentos de adução, cisternas e reservatório, pouco mais de R\$ 4 milhões em ações de operação e manutenção de infraestruturas já existentes e mais de R\$ 130 milhões para operação e manutenção do PISF, totalizando investimentos de pouco mais de R\$ 327 milhões nessa linha de negócios.

Revitalização de Bacias Hidrográficas: Pouco mais de R\$ 82 milhões foram alocados para ações de revitalização de bacias hidrográficas, barragens, poços e cisternas; R\$ 23,6 milhões em gestão de resíduos sólidos, R\$ 30 milhões em obras de recuperação hidroambiental e mais de R\$ 28 milhões para outras iniciativas relacionadas ao saneamento.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada e, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em **xx** de fevereiro de 2026;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) O ativo intangível – softwares e direitos de uso – é apresentado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano;
- j) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas, em resumo, decorrem dos títulos a receber da tarifa d'água K1 (que tem como base o que estabelece o inciso III do

art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de tarifa d'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resoluções da Codevasf nº 342/2024) além dos valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras).

k) As perdas estimadas de valores a receber são calculadas considerando a Tarifa D'água K1, a Titulação de Terras e as Multas Contratuais. A metodologia está de acordo com o CPC 48 e demais normas relacionadas e considera a idade dos títulos (créditos vencidos há dois anos ou mais) e os valores totais de inadimplência constantes dos relatórios de créditos a receber de tarifa d'água e de titulação. A mesma metodologia foi utilizada na constituição da provisão sobre os valores decorrentes de Multas Contratuais/Outros Títulos a receber.

l) A Codevasf contratou empresa de consultoria especializada na prestação de serviço de avaliação atuarial com emissão de relatórios quanto à aderência dos cálculos atuariais, a gestão dos investimentos, a solvência, liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos, ao gerenciamento dos riscos, e à efetividade dos controles internos apresentados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS; a avaliação da exposição a risco, inclusive o da sinistralidade e o atuarial relativa a gestão da Caixa de Assistência à Saúde do Empregados da Codevasf - CASEC sobre os planos de benefícios de assistência à saúde; avaliação da economicidade da manutenção do patrocínio dos planos de benefícios administrados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social e avaliação atuarial sobre os planos de benefícios patrocinados pela Codevasf relativos aos benefícios pós-emprego concedidos e a conceder aos seus empregados ativos, ex-empregados, pensionistas e dependentes.

m) Por se tratar de empresa estatal dependente do Tesouro Nacional, e conforme item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006 (alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008), e considerando a execução contábil no Siafi, entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	167.553.229	140.880.720
Demais Bancos	1	1
Fundo de Aplicação Financeira	15.488.115	35.890.735
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	99.923.565	313.514.088
Total	282.964.910	490.285.544

a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados: são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.

b) Demais Bancos trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF.

c) Fundo de Aplicação Financeira apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A Codevasf foi designada como operadora oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto nº 8.207/2014. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) autorizou – excepcionalmente – abertura de conta corrente no Banco Bradesco considerando a necessidade de adesão ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Além disso, a Codevasf mantém ainda a conta bancária de investimento junto ao Banco do Brasil.

Tabela 1.1 - Fundo de Aplicação Financeira - PISF

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Banco Bradesco	14.485.222	34.888.228
Banco do Brasil	1.429.846	1.296.023
Diferença controlada por conciliação bancária Banco do Brasil	(426.953)	(293.516)
Total	15.488.115	35.890.735

d) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: é a conta através da qual a STN/COFIN - Coordenação Geral de Programação Financeira, por meio do Ministério superior, repassa os recursos à Codevasf para pagamento das despesas.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Faturas/Duplicatas a receber	74.892.138	84.232.988
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(33.325.127)	(32.985.246)
Total	41.567.011	51.247.742

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo

Descrição	31-dez-25
Saldo inicial	84.232.988
(+) Faturamento Tarifa D' Água	10.164.699
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	1.074.937
(-) Recebimentos	-20.580.486
(=) Saldo Final	74.892.138

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almoxarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas para Titulação de Terras e Créditos a receber decorrentes de Infrações Legais e Multas Contratuais.

As tabelas 03 a 06 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 69.975.439 (sessenta e nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais).

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	1.196.461	1.465.048
Total	1.196.461	1.465.048

Salários e ordenados antecipados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

5.2 Outros Créditos a Receber

Tabela 4 – Outros Créditos a Receber

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	0	385
Cred a Rec por Permissão de Uso de Bens Pub	91.635	0
Valores a Receber por Devolução Despesas Estornadas	455.258	424.395
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	53.575.238	36.001.736
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade	142.741	0
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	470.527	119.675
Títulos a Receber - Titulação de Terras	59.437.762	64.409.329
Títulos a Receber - Outros Valores a Receber	8.160.853	5.954.238
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	(69.007.142)	(64.138.960)
Devedores por Transferências Voluntárias	6.256.593	4.525.521
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	8.080.335	8.479.956
Remuneração da Conta Única a Receber	482.745	212.231
Total	68.146.545	55.988.507

a) Títulos a receber: compreendem os valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) além de outros valores administrativos.

b) Créditos a receber decorrente de Infrações Legais e Contratuais: rubrica destinada aos registros de aplicação de multas contratuais. Após a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, as unidades de cobranças regionais e da Sede encaminham os processos para a Assessoria Jurídica, que elabora um parecer sobre a viabilidade de dar início a uma ação de cobrança judicial com posterior autorização da Diretoria Executiva.

c) Ajustes para perdas sobre créditos apurados: o cálculo contempla os títulos em atraso vencidos a mais de 02 (dois) anos dos itens “a” e “b”, levando-se em conta o fluxo de recebimento (Nota 2.k).

Tabela 4.1 – Ajustes para Perdas de Créditos Curto Prazo

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Titulação	35.627.929	41.558.322
Multas contratuais e Outros Créditos a Receber	33.379.214	22.580.638
Total	69.007.142	64.138.960

Conforme relatório encaminhado pela Gerência de Finanças, dos valores provisionados como infrações legais e contratuais e outros créditos a receber no total de R\$ 33,3 milhões, o montante de R\$ 28,8 milhões está judicializado e representa 86% do valor provisionado com data base de dezembro/2023.

5.3 Estoques de Almoarifado:

Tabela 5 – Almoarifado

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Materiais de Consumo	312.361	458.674
Total	312.361	458.674

5.4 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 6 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Assinaturas e anuidades a apropriar	19.201	14.638
Prêmios de seguros a apropriar	300.871	237.560
Total	320.072	252.198

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas / Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 7 – Faturas/Duplicatas

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Clientes	1.290.980	3.843.252
Total	1.290.980	3.843.252

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 8 – Demais Créditos e Valores

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	36.967.367	33.885.393
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	(36.967.367)	(33.885.393)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.955.261	7.447.881
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	71.569.877	71.892.921
Total	77.525.137	79.340.802

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, que neste caso devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na justiça cível e na trabalhista. Para a justiça do trabalho inclui, ainda, os depósitos para interposição de recursos. Os valores são corrigidos pelo IPCA-E, conforme índice definido pela Assessoria Jurídica da Codevasf.

Tabela 8.1 – Atualização Financeira dos Depósitos Judiciais

Descrição	31-dez-24	Adições	Baixas	31-dez-25
Depósitos Judiciais	1.059.673	260.537	585.240	734.970

c) Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: se referem a títulos a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos.

Tabela 8.2 – Movimentação Outros Créditos e Valores a Longo Prazo

Descrição	31-dez-25
Saldo inicial	71.892.921
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	14.630.023
(-) Recebimentos	-6.361.673
(-) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	-9.746.784
(+/-) Atualização Monetária	1.155.390
(=) Saldo Final	71.569.877

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nº 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 9 – Títulos Públicos – Letras Especiais

NTN-P		
Vencimento	31-dez-25	31-dez-24
2030	116.840	108.099
Total	116.840	108.099

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 10 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.093
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.938
Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	104.444
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.416
Agroindústrias do Vale do São Francisco	977.962
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029
Total	2.188.044

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos. A respeito do teste de recuperabilidade (*Impairment*), adicionamos a Nota 26.

Tabela 11 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-24	Adições	Baixas	31-dez-25	AH%
Bens Móveis a Alienar	782.038.181	957.469.277	994.529.858	744.977.600	-4,74

Total de Bens Móveis a Alienar (1)	782.038.181	957.469.277	994.529.858	744.977.600	-4,74
Bens Móveis	538.340.397	22.749.539	157.773.568	403.316.368	-25,08
Total de Bens Móveis (2)	538.340.397	22.749.539	157.773.568	403.316.368	-25,08
Bens Imóveis	63.999.373	728.771.985	482.430.853	310.340.505	384,91
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>1.639.208.898</i>	<i>776.721.787</i>	<i>977.739.136</i>	<i>1.438.191.548</i>	<i>-12,26</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>39.207.587</i>	<i>5.414.760</i>	<i>22.789.122</i>	<i>21.833.225</i>	<i>-44,31</i>
<i>Instalações</i>	<i>27.248.165</i>	<i>2.796.805</i>	<i>17.884.341</i>	<i>12.160.629</i>	<i>-55,37</i>
Total de Bens Imóveis (3)	1.769.664.023	1.513.705.337	1.500.843.453	1.782.525.907	0,73
Depreciação Bens Móveis	-278.401.126	55.985.266	46.309.315	-268.725.176	-3,48
Depreciação Imóveis	-25.497.652	22.047.602	47.468.696	-50.918.746	99,70
Total Depreciação (4)	-303.898.778	78.032.868	93.778.012	-319.643.922	5,18
Total Imobilizado (5) = 1+2+3+4	2.786.143.824	2.571.957.021	2.746.924.890	2.611.175.954	-6,28

NOTA 8.1 – Bens Móveis a Alienar

A Codevasf realizou a segregação dos ativos destinados à doação no âmbito das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, incluindo-os na conta de 'Bens Móveis a Alienar', no final do exercício de 2023. Desde então, bens adquiridos para doação são patrimoniados e contabilizados na referida conta.

NOTA 8.2 – Bens Imóveis em Andamento

Em relação às contas de Bens Imóveis em Andamento e Instalações – que abrangem Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações – a conciliação mensal é realizada por meio de procedimentos como: baixa após a conclusão da obra; reclassificação de bens concluídos pertencentes à Codevasf; baixa de despesas de custeio registradas como imobilizado em função do roteiro pré-definido de registro no SIAFI; e regularização dos registros e saldos pelas unidades contábeis.

NOTA 8.3 – Registro contábil (SIAFI) e relatório de controle patrimonial (SIAMP)

Tabela 12 – Registro contábil x relatório de controle patrimonial em 31-dez-25

Item	Descrição	UG	Observação	SIAMP	SIAFI	Divergência
1	Bens móveis a alienar – doação	11ª SR / 12ª SR	Bens não liquidados no SIAFI / Registro no SIAMP em duplicidade	24.701.237	24.146.667	554.570
2	Represas e Açudes	3º SR	Valor incorreto incorporado ao SIAMP	91.863.676	91.373.070	490.606
TOTAL						1.045.176

A respeito das divergências listadas acima, o SIAMP será corrigido para refletir os valores registrados contabilmente.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Adicionalmente, foi incluída informação sobre o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, conforme Nota 26.

Tabela 13 – Intangível

Descrição	31-dez-24	Adições	Baixas	31-dez-25
Software	14.110.250	3.531.386	-890.959	16.750.678
Software em Fase de Desenvolvimento	989.868	0	0	989.868
Amortização Acumulada	-8.010.370	2.665.109	392.355	-10.283.124
Total	7.089.748	6.196.495	-498.603	7.457.422

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Salários a pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Salários, Remunerações e Benefícios	27.259.664	27.884.082
Entidade de Previdência	10.232.650	9.822.153
Férias a pagar	32.148.541	39.591.779
FGTS	4.810.821	7.332.819
INSS	13.623.803	24.010.528
Total Obrigações Trabalhistas	88.075.478	108.641.361

a) INSS e FGTS: os saldos referem-se a provisão dos encargos sobre férias, além do valor mensal apropriado para recolhimento no vencimento que se dá no mês subsequente.

Tabela 15 – Entidade de Previdência

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Entidade de Previdência Complementar	9.445.523	9.066.592
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	787.127	755.561
Total	10.232.650	9.822.153

b) Entidade de Previdência Complementar: Se refere ao valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente. As informações estão detalhadas nas Notas 25.2 e 25.3.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

Tabela 16 – Fornecedores a Pagar

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Fornecedores a pagar	129.896.908	351.962.883
Total	129.896.908	351.962.883

Tabela 16.1 – Fornecedores agrupados por valor

Seq.	Descrição	31-dez-25
1	IVG Brasil Ltda	13.107.081
2	Companhia Hidro Elétrica Do São Francisco	6.951.630
3	Ankara Engenharia Ltda	5.339.072
4	CLPT Construtora Ltda	4.997.332
5	Construtora Costa R Ltda	4.969.239
6	XCMG Brasil Industria Ltda	4.128.445
7	Agromaquinas Empreendimentos Agrícolas Ltda	3.916.508
8	Belcar Caminhões E Maquinas Ltda	3.485.592
9	C P M Construtora Ltda	3.336.005
10	Yanmar South América Industria De Maquinas Ltda	3.268.398
11	Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda	3.210.594
12	Concreta Engenharia Ltda	3.156.460
13	Novatec Construções e Empreendimentos Ltda	2.539.318
14	Bakof Plásticos Ltda	2.357.339
15	Comercial e Construtora Fénix Ltda	2.249.591
16	Nosso Campo Maquinas Agrícolas Ltda	2.127.069
17	Cbmaq Companhia Brasileira De Maquinas Ltda	2.082.448
18	Liga Engenharia Ltda	2.079.315
19	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000 e R\$ 2.000.000	24.643.644
20	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000	31.951.829
Total		129.896.908

NOTA 12 – Demais Obrigações

As tabelas 17 e 18 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R\$ 2.958.395.843 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais).

Tabela 17 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Transferências Discricionárias a Pagar	43.194.121	32.304.176
Diárias a pagar	137.173	52.441
Incentivos a Educação, Cultura e outros	33.050	32.050
Cartão de Pagamento do Governo Federal	525	0
Indenizações, Restituições, Compensações e Devoluções	4.403.738	273.140
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	2.863.741.161	2.895.513.869
Taxas	641	962
Total	2.911.510.408	2.928.176.638

a) Transferências Discricionárias a Pagar – Registra as transferências voluntárias (Convênios e Instrumentos congêneres). É composta de recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

b) Transferências Financeiras a Comprovar – Termos de Execução Descentralizada (TED): São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão recebedor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, pois se refere a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

No fim do exercício de 2025, restavam cerca de R\$ 732 milhões de reais em prestação de contas enviadas aos órgãos concedentes aguardando análise e a respectiva baixa.

Valores Restituíveis: Compreendem valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 18 – Valores Restituíveis

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Retenção Previdenciária - FRGPS	4.554.918	7.139.841
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	14.198.716	13.262.171
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	19.082.999	45.578.350
ISS	1.571.391	2.447.448
Pensão Alimentícia	279.281	265.119
Previdência e Assistência Médica	122.145	0
Retenções	6.225.452	6.328.136
Outros Consignatários	609.736	785.669
Depósitos e Cauções Recebidos	86.484	453.932
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	154.314	125.841
Total	46.885.435	76.386.508

a) Retenções - Consignações: são valores retidos da folha de pessoal, referentes a empréstimos consignados junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social, ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais Bancos.

b) Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro: valores liquidados que serão recolhidos no mês subsequente ao pagamento ao fornecedor, conforme vencimento de acordo com fato gerador.

c) Retenção Previdenciária – FRGPS: retenção do encargo previdenciário – INSS. Os valores em aberto tratam da retenção do encargo sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 93 parcelas. As Notas 25.2 e 25.3 detalham as informações dos planos de Previdência Privada e Complementar.

13.2 Fornecedor Nacional

De acordo com o CPC 26 (R1), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como das orientações do CPC 00 (R2) referente a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, quando há incerteza na data do pagamento (liquidação em até 12 meses da data do balanço), os valores deverão ser reclassificados para o passivo não circulante.

Dessa forma, valores liquidados que estão sendo discutidos judicialmente foram reclassificados para o Longo Prazo, tendo em vista a impossibilidade de baixá-los considerando que tal medida ensejaria a extinção do recurso orçamentário comprometido para pagamento.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos, cuja materialização seja de provável realização, são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

Os valores registrados estão de acordo com o disposto no Pronunciamento Contábil – CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) considerando a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente.

Os valores são corrigidos pelo IPCA-E, conforme índice definido pela Assessoria Jurídica da Codevasf.

Tabela 19 – Riscos de Passivos Contingentes

Provisões - Riscos Fiscais Prováveis				
Descrição	31-dez-24	Adições	Baixas	31-dez-25
Trabalhista	7.815.833	24.395.710		32.211.543
Cíveis	43.902.967	11.406.262	12.016.530	43.292.698
Tributárias	331.332		198.164	133.168
Total Riscos Prováveis	52.050.132	35.801.972	12.214.694	75.637.409

Atualizações Financeiras - Riscos Fiscais Prováveis				
Descrição	31-dez-24	Adições	Baixas	31-dez-25
Trabalhista	2.825.304	626.770	698.527	2.753.547
Cíveis	31.553.261	27.059.682	31.032.900	27.580.044
Tributárias	159.708	26.300	50.627	135.381
Total Riscos Prováveis	34.538.273	27.712.752	31.782.054	30.468.972
Riscos Prováveis Atualizados	86.588.405	63.514.724	43.996.748	106.106.381

Riscos Fiscais Possíveis				
Descrição	31-dez-24	Adições	Baixas	31-dez-25
Trabalhista	28.122.729	167.112	13.324.819	14.965.021
Cíveis	329.365.773	4.265.167	89.879.212	243.751.727
Tributárias	7.645.069		10.774	7.634.295
Total Riscos Possíveis	365.133.570	4.432.279	103.214.806	266.351.043

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 8.221.851.472 (oito bilhões, duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal¹.

O aumento do Capital Social com recursos recebidos no exercício de 2024 a título de AFAC foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária – A.G.E da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, realizada em 17 de abril de 2025.

Tabela 20 – Capitalização AFAC 2025

Descrição	31-dez-25
Capital Social Integralizado 2024	7.379.373.352
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2024	842.478.120
(=) Capital Social 2025	8.221.851.472

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No ano de 2025 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 580.429.070 (quinhentos e oitenta milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e setenta reais). Esse montante poderá ser incorporado ao Capital Social após aprovação da Assembleia Geral Ordinária da PGFN, a ser realizada em abril/2026.

14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 171.416 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais) em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

14.4 Prejuízos Acumulados

Tabela 21 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2024	-8.309.592.289
(-) Prejuízo do período	-649.379.540
(-) Ajuste de Exercício Anteriores	-38.376.915
(-) Reversão de Reavaliação	171.416
(=) Prejuízos Acumulados 2025	-8.997.177.328

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa d'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber.

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf.

¹Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme segue:

Tabela 22 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	01-jan-25 a 31-dez-25	01-jan-24 a 31-dez-24
Sentenças Judiciais	636.115	0
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	299.593.613	310.684.585
Ajuste para Perdas	15.650.122	12.372.011
Incorporação de Passivos	2.119	0
Desincorporação de Ativos	751.344.906	851.217.302
Reavaliação de Bens Imóveis	0	3.388.797
Incentivos à Cultura (vale cultura)	396.133	383.200
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	26.710.691	7.221.647
VPD - Provisões de Riscos Fiscais	133.213	296.927
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	12.242.905	32.489.589
Multas Administrativas	832	0
Restituições	219.823	210.874
Indenizações	5.533	0
Total	1.106.936.003	1.218.264.932

a) Transferências Voluntárias: observa-se diminuição de repasse de recursos à Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Desincorporação de Ativos: decorre, principalmente, da conciliação mensal das contas Bens Imóveis em Andamento, em razão da regularização das despesas empenhadas com natureza de investimento (por conta de restrição orçamentária) e que são despesas de custeio e são, portanto, baixadas no decorrer do exercício.

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 23 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	01-jan-25 a 31-dez-25	01-jan-24 a 31-dez-24
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	759.150	1.326.481
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	1.513.527	2.559.178
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	522.305.672	1.191.099.748
Reversão de Provisões	19.568.833	43.866.780
Reversão Ajuste para Perdas	8.185.304	4.564.016
Multas Administrativas e Outras	12.098.340	6.282.125
Total	564.430.827	1.249.698.328

a) Ganhos com Desincorporação de Passivo: valor se refere à análise e registro das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentados pela Codevasf – junto aos órgãos concedentes.

b) Reversão de Provisões: decorre das variações das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf (Nota 13.3).

NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras**19.1 Despesas Financeiras**

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 24 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	01-jan-25 a 31-dez-25	01-jan-24 a 31-dez-24
Atualização Monetária - Demais passivos	1.517.771	2.289.236
Atualização Monetária - Demais ativos	591.516	1.151.328
Outras Despesas Financeiras	21.725.870	661.251
Total	23.835.157	4.101.815

a) Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

b) Atualização Monetária – Demais Ativos: registra a atualização monetária sobre os depósitos judiciais (Nota 6.2 b).

c) Outras Despesas Financeiras: aumento expressivo decorre dos descontos concedidos das renegociações de títulos de K1 e titulação no decorrer do exercício.

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de rendimentos aplicados na CTU (Conta Única do Tesouro), juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações monetárias.

Tabela 25 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	01-jan-25 a 31-dez-25	01-jan-24 a 31-dez-24
Remuneração de Aplicação Financeira - CTU	14.680.090	12.825.389
Outras Receitas Financeiras	3.976.397	1.096.394
Total	18.656.487	13.921.783

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas**20.1 Subvenções de Custeio**

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representam os valores referentes às despesas decorrentes da alienação/doação de bens.

A tabela abaixo apresenta o valor segregado por tipo de bem. A doação destes bens contempla o propósito da Codevasf, através da realização de políticas públicas em desenvolvimento regional, de promover o desenvolvimento sustentável e de reduzir as migrações, atuando para fortalecer a capacidade produtiva local. Esses equipamentos e máquinas são destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas, incluindo veículos que contribuem para o escoamento da produção e transporte de trabalhadores.

Conforme explanado na Nota 8.1, os bens adquiridos destinados à doação passaram a ser registrados em conta específica – bens móveis a alienar – visando maior transparência.

Tabela 26 – Relação de Alienação/Doação de Bens

Descrição	31-dez-25	AV
Bens Móveis a Alienar	704.131.202	85,99%
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	45.516.049	5,56%
Veículos de Tração Mecânica	33.176.174	4,05%
Sistema de Abastecimento de Água	8.220.111	1,00%
Pavimentação	7.974.221	0,97%
Pontes	5.582.162	0,68%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	3.484.123	0,43%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.098.568	0,38%
Máquinas e Equipamentos Industriais	2.384.412	0,29%
Outros	5.329.521	0,65%
Total	818.896.542	100,00%

NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício destaque para o aumento de Capital ocorrido no 2º trimestre/2025 após aprovação da AGO em 17/04/2025 (nota 14.1) e os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2).

NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: são basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

- Depreciação e amortização: a redução da variação entre os períodos se dá principalmente pela segregação dos bens móveis adquiridos com a finalidade de doação, considerando que estes não sofrem depreciação (Nota 8.1).
- Outros Débitos (Riscos Fiscais): por se tratar de provisões, não afeta diretamente o caixa da Empresa.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

NOTA 24 – Remuneração dos Conselheiros, Administradores e Empregados

Tabela 27 – Remunerações média

CONSELHOS E DIRETORES				
Remuneração	Fiscal	Administração	Diretores	Diretores/Empregados
Maior remuneração	R\$ 4.003,03	R\$ 4.003,03	R\$ 36.951,06	R\$ 36.951,06
Menor remuneração	R\$ 3.902,35	R\$ 3.902,35	R\$ 36.021,70	R\$ 36.021,70
Média remuneração	R\$ 3.969,47	R\$ 3.969,47	R\$ 36.641,27	R\$ 36.641,27

EMPREGADOS			
Quantidades			
Ano	Contratados	Desligados	Total Empregados
2024	55	51	1.838
2025	224	182	1.880

Remuneração	Salários
Maior remuneração	R\$ 46.366,19
Menor remuneração	R\$ 2.038,35
Média remuneração	R\$ 16.116,34

Descrição	Benefícios	
	Quantidade	
	2025	2024
Auxílio Alimentação	1.959	1.875
Assistência Pré-Escolar	268	301
Auxílio Transporte	9	10
Previdência Complementar	1.963	1.904
Exames Periódicos	2.107	2.107
Assistência Médica e Odontológica - Titulares	1.482	1.404
Assistência Médica e Odontológica - Dependentes	1.629	1.589

item	Benefício	Valor Per Capita (R\$)	
		2025	2024
		1	Auxílio Alimentação
2	Assistência Pré-Escolar	698	646
3	Auxílio Transporte	477	441
4	Exames Periódicos	136	128
5	Assistência Médica e Odontológica - Participação União	549	489
6	Previdência Complementar - Gasto Médio Mensal Patrocinadora por Participante Ativo - Plano Codeprev	1.440	1.321
7	Previdência Complementar - Gasto Médio Mensal Patrocinadora por Participante Ativo - Plano BD	0	0
Médio Global		4.671	4.344

Item 7 - possui valor per capita zerado pois é um plano que não possui mais empregados ativos.
Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

NOTA 25 – Transações com partes relacionadas

A Codevasf possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada por deliberação do Conselho de Administração, cujo objetivo é assegurar que as decisões da Administração da Companhia sejam tomadas com diligência, de forma adequada e em conformidade com os princípios de governança corporativa.

Em 2025, foi realizada uma nova mobilização junto aos empregados para preenchimento do Termo de Identificação de Partes Internas, considerando que nem todos os agentes públicos com poder decisório haviam respondido o referido documento anteriormente. Ademais, a obrigatoriedade de preenchimento do termo foi estendida aos Conselheiros e aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário – Coaud.

Ainda em 2025, foram disponibilizadas minutas-padrão de editais e contratos com a inclusão de cláusula específica acerca da observância da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf. Passou-se, também, a exigir a assinatura do Termo de Identificação de Partes Relacionadas Externas pela empresa vencedora da licitação, no momento da formalização contratual, como anexo obrigatório.

25.1 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar. O

Programa tem por objetivo proporcionar aos empregados da Companhia e seus dependentes assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde.

No 4º trimestre de 2025, a Codevasf repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 9.258.263 (nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e três reais). Em contrapartida, o valor recebido dos empregados foi de R\$ 7.111.173 (sete milhões, cento e onze mil, cento e setenta e três reais).

Fonte: Caixa de Assistência à Saúde dos Empregado da Codevasf – CASEC

25.2 – Entidade Fechada de Previdência Complementar

A Codevasf é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. Atualmente são administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

Tabela 28 – Valores repassados à Fundação São Francisco no período 2025

Participação da Codevasf	Participação dos Empregados	Saldamento (instrumento de dívida)	Saldo devedor - Saldamento	Parcelas restantes - Saldamento
28.900.655	22.027.913	9.315.390	12.200.831	15

Fonte: Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS

25.3 - Planos de Previdência, Assistência à Saúde e Benefícios Pós-Emprego

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR/ME emitiu a Resolução nº 37/2022 que determina avaliar a economicidade da manutenção do patrocínio dos planos de previdência pela empresa pública e a Resolução nº 38/2022 que determina às empresas públicas que mantêm benefícios de previdência complementar dos seus empregados a submeter à avaliação atuarial a consistência e a qualidade da aderência dos cálculos atuariais apresentados pela Fundo de Pensão e pelo Programa de Assistência à Saúde.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina ainda que as empresas públicas devem levantar e emitir o respectivo relatório dos benefícios pós emprego concedidos e a conceder aos empregados ativos e ex-empregados, pensionistas e dependentes, e efetuar a avaliação atuarial, determinado o déficit ou superávit alinhado com as normas internacionais de contabilidade (IAS 19), parecer emitido (referente ao exercício de 2023), com análise foi direcionada exclusivamente para os Planos de Benefícios I (PBI) - BD e III (PBIII) saldado, são de modalidade Benefício Definido e por serem estes os únicos a gerar obrigações pós-emprego. O Plano de Benefícios II (CODEPREV), caracterizado pela modalidade de Contribuição Definida, e os Planos de Saúde, que segregam ex-empregados em planos não patrocinados pela CODEVASF, e seguindo os preceitos do CPC 33, não implicam tais obrigações.

Parecer emitido referente ao exercício de 2024, com análise direcionada exclusivamente para os Planos de Benefícios I (PBI) - BD e III (PBIII) saldado, conclui serem superavitários. Contudo, seguindo a interpretação técnica descrita no CPAO 37 do Instituto Brasileiro de Atuária – IBA sobre o parágrafo 65 do CPC 33 (R1), para que a CODEVASF reconheça um superávit como Ativo Líquido, é necessário controlar o recurso, que deve ser fruto de eventos passados e capaz de trazer benefícios econômicos futuros. No entanto, estas condições não se aplicam à Codevasf.

A Resolução CGPAR/ME nº 36, de 4 de agosto de 2022, estabelece diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas Estatais Federais sobre benefícios de assistência à saúde na

modalidade autogestão. Nas análises realizadas referentes ao ano base de 2024, não foram identificadas inconsistências nas informações disponibilizadas. Ressalta-se, entretanto, que as projeções de sinistralidade dos planos da CASEC para os próximos três anos indicaram que as receitas operacionais não serão suficientes para cobrir os custos assistenciais e administrativos. Diante desse cenário, a Avaliação Atuarial apontou alternativas de reajuste do plano, cuja implementação, sujeita à aprovação anual pelos Conselhos Deliberativo e de Administração da CASEC, visam garantir a sustentabilidade econômico-financeira e atuarial do plano.

Registra-se que, em anos recentes, a receita oriunda das aplicações financeiras contribuiu para a obtenção de resultado líquido positivo pelo plano. Cabe, ainda, o registro dos estudos realizados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para os planos de saúde, por segregarem ex-empregados em planos não patrocinados pela Codevasf, não geram obrigações pós-emprego.

25.4 – Entidades Relacionadas com a União

Segue a relação das entidades controladas pela União com as quais a companhia mantém contratos vigentes:

Tabela 29 – Valores repassados a empresas controladas pela União

Entidade	Valor Contratado	Valor pago no 4º trim-25
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	284.715	35.907
Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	206.774	8.227
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	1.162.614	0
Total	1.654.102	44.134

NOTA 26– Teste de Recuperabilidade (Impairment)

A Gerência de Contabilidade, através da Unidade de Execução Contábil, juntamente com a Unidade de Patrimônio e Material da Gerência de Patrimônio, Logística e Serviços Auxiliares revisaram o relatório sobre o teste de recuperabilidade efetuado em 2024.

Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (11ª edição) e o CPC 01 (R1), foram avaliadas as categorias patrimoniais sujeitas ao teste de recuperabilidade, incluindo a análise específica dos ativos intangíveis com vida útil indefinida e daqueles em desenvolvimento, que requerem avaliação anual.

A Codevasf, por sua natureza jurídica de empresa pública voltada à execução de políticas de desenvolvimento regional e sem finalidade lucrativa, detém ativos cuja essência é não geradora de caixa, pois estão associados predominantemente à prestação de serviços e benefícios à sociedade.

No exercício de 2025, à luz dos indicadores internos e externos previstos no MCASP, não foram identificados indícios de perda no valor recuperável dos ativos não geradores de caixa da Codevasf, não havendo, portanto, necessidade de realização de teste formal de recuperabilidade para essas categorias de ativos.

Quanto aos ativos intangíveis, não foram identificados saldos classificados com vida útil indefinida. O valor registrado como ativo intangível em desenvolvimento representa aproximadamente 0,03% do total do Ativo Não Circulante, não configurando risco material de superavaliação. Diante desse contexto, conclui-se que não houve necessidade de aplicação de teste formal de mensuração de valor recuperável no exercício, mantendo-se, entretanto, a avaliação qualitativa quanto à capacidade de geração de benefícios futuros.

A entidade mantém monitoramento periódico dos ativos intangíveis em desenvolvimento e dos demais itens patrimoniais, com vistas a reavaliar sua aderência à definição de ativo e proceder à reclassificação

ou baixa quando aplicável, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NOTA 27– Interesse Público, Políticas Públicas e Linhas de Negócio

27.1 Interesse Público Subjacente às atividades empresariais

Norteadas pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Carta Magna, em especial, o de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, inciso III), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba é uma empresa pública criada pela Lei nº 6.088, de 16 julho de 1974, com o objetivo de fomentar e promover o desenvolvimento regional, exercendo importante papel na execução das políticas públicas do Governo Federal.

As atividades desempenhadas não têm fins lucrativos, e sim sociais. A Empresa tem como finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, bem como levar o desenvolvimento territorial nessas regiões e vem transformando a realidade da sua área de atuação, contribuindo para melhoria de qualidade de vida de milhões de pessoas.

A Codevasf é uma empresa pública orientada para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, que notadamente o setor privado não está equipado para fornecer, ou que propriamente não deva fornecer.

27.2 Políticas Públicas

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

O objetivo da Codevasf é assegurar o papel do Governo Federal na implementação das políticas públicas, por meio da execução de programas e ações em áreas tradicionais de serviços governamentais, de acordo com sua Lei de criação e missão institucional.

A missão institucional da Codevasf “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais” está norteadas pelos princípios fundamentais da Constituição Brasileira, qual seja: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III)”.

A atuação multissetorial da Codevasf é ponto forte no cumprimento da sua missão de promover o desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades regionais.

São executadas obras de infraestrutura hídrica para abastecimento humano e agricultura irrigada, saneamento básico em pequenos municípios, infraestrutura de logística ou urbana, revitalização de bacias hidrográficas com foco no fornecimento de água e apoio e estruturação de atividades para inclusão produtiva.

As ações realizadas tendem a provocar o crescimento substancial e o fortalecimento da atividade econômica com o aproveitamento dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, resultando em benefícios diretos – emprego e renda para a população beneficiada nessas sub-regiões notadamente deprimidas (carentes) de infraestrutura e investimentos privados.

Mesmo diante de tantas adversidades, sejam climáticas, econômicas, culturais e políticas, a Codevasf desenvolveu uma extraordinária capacidade de transformar a realidade da sua área de atuação por meio de um modelo que potencializa as vocações locais. A Empresa vem demonstrando que é possível combinar crescimento econômico com equidade social, fazendo da desconcentração de renda uma poderosa alavanca de expansão econômica, a exemplo de regiões do sertão brasileiro que com a

implantação dos Projetos Públicos de Irrigação deixaram de ser sinônimo de miséria e passaram a ser produtores de riqueza.

27.3 Principais resultados por linhas de negócio da Codevasf em 2025:

Fonte: Relatório de Administração 2025

I – Agricultura Irrigada: Em 2025, foram aplicados R\$ 31 milhões em obras visando implantação e reabilitação de projetos e R\$ 80,6 milhões em ações de gestão, operação e manutenção de infraestruturas de irrigação de uso comum e apoio à produção dos perímetros públicos de irrigação, incluindo reabilitação de canais, estações de bombeamento e a cobertura das despesas com o fornecimento de energia elétrica para os perímetros públicos de irrigação.

Nessa linha de negócios, a Codevasf como parte do Orçamento Geral da União e com área de atuação abrangendo a região centro-oeste, cumpriu o Art. 42/ADCT da Constituição Federal², que preconiza o direcionamento à essa região de vinte por cento do total aplicado em irrigação.

Tabela 30 - Investimento em agricultura irrigada

Tipo	(R\$ milhões)
Operação e manutenção - Projetos Públicos de Irrigação (Energia)	60
Operação e manutenção - Projetos Públicos de Irrigação	20
Obras - Projetos Públicos de Irrigação	31
Total	111

II – Estruturação de Cidades: Em 2025, foram investidos R\$ 588 milhões em obras visando a estruturação de cidades. As intervenções compreenderam desde a construção e revitalização de espaços públicos urbanos, a pavimentação de vias públicas e a execução de pontes e/ou passagens molhadas, contribuindo para o reordenamento urbano e o fluxo produtivo das cidades onde a Companhia atua, com foco na melhoria da qualidade de vida da população.

Tabela 31 - Investimento em estruturação de cidades

Tipo	(R\$ milhões)
Espaços Públicos Urbanos	21
Pavimentação	546
Pontes/passagens molhadas	22
Total	588

Nessa linha foram realizadas diversas obras de qualificação viária e infraestrutura, visando à dinamização das atividades produtivas em toda área de atuação da Companhia. Os recursos foram direcionados principalmente para as obras de qualificação viária como apoio à infraestrutura urbana e rural e para a construção de mercados e de espaços públicos visando a dinamização da produção local.

III – Inclusão Socioprodutiva: As ações da Codevasf em inclusão socioprodutiva promovem a inclusão social e o crescimento econômico de forma equilibrada, respeitando os recursos naturais e contribuindo para a preservação do meio ambiente. Historicamente a Companhia tem realizado investimentos em projetos e em obras de infraestrutura em apoio à arranjos produtivos, além de atuar na promoção de desenvolvimento regional a partir do fornecimento de máquinas, equipamentos, veículos, implementos e materiais a entes parceiros – estados, municípios, consórcios de municípios, entidades sem fins lucrativos, dentre outros. Dessa forma, a empresa atua para melhorar a qualidade de vida da população e avançar na redução das desigualdades regionais em sua área de atuação.

No ano de 2025, foram aplicados cerca de R\$ 718 milhões em ações de inclusão socioprodutiva, investidos na modernização e mecanização agrícola e equipamentos de infraestrutura para arranjos

² BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2026

produtivos locais, obras estruturantes para arranjos produtivos, em especial na operação e manutenção de Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura.

Tabela 32 - Investimento em inclusão socioprodutiva

Tipo	(R\$ milhões)
Máquinas e equipamentos	670
Obras estruturantes para arranjos produtivos	44
Recursos pesqueiros e aquicultura	4
Total	718

Representando parcela significativa do investimento voltado à inclusão produtiva, R\$ 200 milhões foram destinados à aquisição de máquinas pesadas da linha amarela – retroescavadeira, pá carregadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica, rolo compactador e trator de esteira – e à aquisição de caminhões e equipamentos para apoio à construção civil e à comercialização de produtos. Foram investidos cerca de R\$ 151 milhões em caminhões, veículos leves de carga e utilitários, em apoio à estruturação de cadeias produtivas.

Atuando de maneira transversal, com o intuito de aumentar a eficiência, a produtividade e a sustentabilidade no campo, a Empresa investiu mais de R\$ 253 milhões na mecanização agrícola, a partir da automação de tarefas por meio do uso de tratores e de implementos agrícolas, reduzindo a dependência da mão de obra manual e aumentando a escala da produção. A ação se destina, principalmente, aos pequenos produtores e atua no estímulo de um ambiente favorável e na melhoria de vidas das famílias das comunidades beneficiárias.

Neste contexto também, a Codevasf desenvolve, tradicionalmente, trabalho continuado de apoio a produção rural nos municípios e nas comunidades em que atua, por meio da construção de unidades de produção e de processamento, bem como na implantação de infraestruturas para comercialização e escoamento da produção nas mais diversas modalidades produtivas – com investimentos em estradas vicinais, por exemplo. Assim, com vistas à exploração das potencialidades e vocações regionais, em 2025, a Empresa investiu cerca de R\$ 63 milhões em equipamentos para apoio às atividades produtivas, tais como irrigação familiar, apicultura, mandiocultura, processamento de frutos, economia criativa, pecuária, açicultura, entre outras. Entre os principais beneficiários, destacam-se os produtores rurais, associações, comerciantes locais, além de instituições de ensino e pesquisa, governos estaduais e municipais.

Ainda neste grupo, cabe destacar as ações com foco em investimentos na cadeia de recursos pesqueiros e aquicultura, para a operação e manutenção de Centros Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, para os quais em 2025 foram destinados R\$ 4 milhões.

IV – Infraestrutura Hídrica: em 2025, foram realizados aportes de pouco mais de R\$ R\$ 327 milhões em infraestrutura hídrica, contemplando o a aquisição e fornecimento de máquinas e equipamentos para garantia da reserva hídrica, tais como bombas e cisternas bem como a execução de obras estruturadoras para a oferta de água, tais como diques, barragens, poços tubulares e sistemas de abastecimento de água – SAA. As ações nesse bojo ainda compreenderam investimentos para operação e manutenção das infraestruturas já existentes, o PISF (Transposição do Rio São Francisco), entre elas.

Tabela 33 – Investimentos em infraestrutura hídrica

Grupo	(R\$ milhões)
Cisternas, reservatórios, máquinas e equipamentos para adução	29
Barragens, diques e transporte aquaviário	27
Poços tubulares	52

Sistema de abastecimento de água	88
Operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco	131
Total	327

Dentre as diversas atividades, destaca-se a perfuração, montagem e instalação de poços tubulares, a instalação de cisternas e reservatórios, além dos avanços para as entregas de sistemas de abastecimento de água, com destaque para os sistemas adutores do Canal do Sertão Alagoano, Adutora de Curimatá e Adutora da Fé.

V – Revitalização de Bacias Hidrográficas: em 2025, a linha de negócio de revitalização de bacias hidrográficas recebeu aproximadamente R\$ 82 milhões, com investimentos voltados à recuperação hidroambiental e ao saneamento básico, além de investimentos na gestão de resíduos.

Nessa linha de negócios onde está situada a carteira de projetos de saneamento da Codevasf foram investidos cerca de R\$ 28 milhões na implantação ou adequações de sistemas de esgotamento sanitário. Cabe ressaltar ações para entrega de módulos sanitários, banheiros secos com tratamento por desidratação e especialmente ações relacionadas à disponibilização de sistemas de esgotamento sanitário, destacando-se entregas nos municípios de: Tanque Novo, Campo Formoso, Malhada, Paramirim, Paratinga e Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia; Floriano e Joca Marques no Piauí; Petrolândia em Pernambuco e Caeté em Minas Gerais.

Também nessa linha de negócios também foram contemplados investimentos de cerca de R\$ 23 milhões de reais em ações de gestão de resíduos, em especial pelo fornecimento de caminhões compactadores de resíduos.

Tabela 34 – Investimentos em revitalização de bacias hidrográficas

Grupo	(R\$ milhões)
Gestão de resíduos	22
Recuperação hidroambiental	30
Saneamento	28
Total	80

Nas ações de recuperação hidroambiental, foram liquidados R\$ 30 milhões em um conjunto de ações visando promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio da recuperação, preservação e conservação, que visem ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais, em especial ações voltadas à conservação de água e solo.

NOTA 28 – Governança e Sustentabilidade

28.1 Elaboração e Execução de Programas Ambientais Mitigadores de Impactos Ambientais

Mitigação de Risco: Garante que os empreendimentos da Codevasf permaneçam em conformidade com a legislação ambiental vigente, promovendo a compensação de impactos irreversíveis e a mitigação de impactos reversíveis. Essas ações fortalecem a sustentabilidade dos projetos da instituição, reduzindo riscos operacionais e regulatórios.

Geração de Oportunidades Financeiras: Torna os empreendimentos mais atrativos para parcerias privadas, especialmente no âmbito de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI). Além disso, evita custos decorrentes de multas e sanções administrativas, enquanto incentiva produtores rurais a investir nas regiões beneficiadas pelos projetos da Codevasf, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local.

28.2 Elaboração e Execução de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Recuperação Hidroambiental, promovendo a Conservação de Solo e Água

Mitigação de Risco: Contribui para a preservação e prolongamento da vida útil dos corpos hídricos ao reduzir a carga de sedimentos, prevenindo erosões e promovendo a conservação do solo, essencial para a continuidade da produção agrícola. Essas medidas minimizam impactos ambientais adversos e garantem a sustentabilidade dos recursos naturais.

Geração de Oportunidades Financeiras: O aumento da vazão dos rios resultante dessas ações possibilita a emissão de novas outorgas de uso dos corpos hídricos, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico regional. Isso atrai parcerias privadas e investimentos públicos em infraestrutura e atividades produtivas, fortalecendo a economia local.

28.3 Aplicação da Política Ambiental da Codevasf

Mitigação de Risco: Garante a conformidade ambiental da Codevasf perante os órgãos reguladores e de controle, promovendo a adesão às exigências legais e normativas. Essa atuação previne sanções, multas e embargos, assegurando a continuidade operacional dos projetos da empresa.

Geração de Oportunidades Financeiras: Reforça a credibilidade da Codevasf como uma organização comprometida com a sustentabilidade, tornando-a um parceiro confiável para a execução de empreendimentos. Esse posicionamento atrai investidores e fomenta parcerias estratégicas, além de agregar valor aos projetos da instituição.

28.4 Implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS

Mitigação de Risco: Assegura o cumprimento da política de sustentabilidade prevista na Resolução CNJ nº 400/20213, garantindo a conformidade da Codevasf com as diretrizes legais e normativas aplicáveis. Isso fortalece a governança e a gestão ambiental da organização.

Geração de Oportunidades Financeiras: Promove a otimização de recursos e a redução de custos operacionais, ao mesmo tempo em que aumenta a eficiência dos processos logísticos e melhora a qualidade dos serviços prestados. Essas ações geram economia e contribuem para a sustentabilidade financeira e operacional da Codevasf.

Além das ações mencionadas, informamos que a Codevasf deu início a um Grupo de Trabalho dedicado ao tema de sequestro de carbono e mercado de carbono, contudo, ainda não há definições claras sobre as ações a serem realizadas, então não consegui incluí-lo nas sugestões apresentadas neste momento.

Considerando os itens de 1 a 4, com a mitigação de risco e geração de oportunidades sugeridas, para efetivação de ações de sustentabilidade sugere-se iniciar o estabelecimento de indicadores para acompanhamento de área protegida / recuperada / beneficiada; aumento de vazão dos corpos hídricos (%), economia de custos e/ou materiais com a implantação do PLS.

Ressalta-se que os itens mencionados estão alinhados com o Plano Estratégico Institucional (PEI)³ e com os requisitos do Índice de Governança e Sustentabilidade (IESGo)⁴ do TCU, reforçando sua relevância estratégica para a Codevasf.

Por fim, destaca-se que as ações listadas envolvem a atuação da Área de Governança e Sustentabilidade (AG) e da Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial (AR).